

A QUESTÃO DO GÊNERO NA PRÁTICA CURRICULAR ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Íris da Silva Jerônimo¹
Joyce Ludimile Tavares de Lira²
Rosangela Tenório Carvalho³

RESUMO: Este trabalho apresenta a análise da temática de gênero em artefatos curriculares da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação do Recife. O objetivo é fazer uma análise da relação currículo em ação e a temática de gênero. O estudo está fundamentado na abordagem da teoria crítica e pós-crítica do currículo e nos estudos de gênero. A investigação se deu por meio do uso da abordagem qualitativa, com o uso de instrumentos metodológicos como a observação em campo, entrevista semiestruturada, e uma combinação de análise dos artefatos curriculares com registros documentais. A análise indica que a temática de gênero está presente nos artefatos curriculares utilizados pelos professores/as reafirmando, muitas vezes, estereótipos de gênero. Esse fato indica a necessidade de formação de professores sobre as relações de gênero e de currículo.

Palavras-chave: Currículo; Educação infantil; Prática curricular; Gênero; Artefatos curriculares.

INTRODUÇÃO:

A pesquisa a qual este artigo reporta tem como objeto de estudo o modo como a temática de gênero está representada em artefatos curriculares produzidos por professores/as no contexto da prática curricular da Educação Infantil. O nosso objetivo é ao analisar o currículo em ação, ou seja, a prática curricular por meio dos objetos que se configuram como artefatos curriculares construídos por professores/as da educação infantil identificar a relação entre a prática curricular e a temática de gênero.

O currículo em nosso trabalho é entendido no contexto de uma seleção de conhecimentos de um universo cultural amplo tal como tem sido indicado pelas teorias do currículo. Nessa seleção de conhecimentos selecionados, é justificado “por que esses conhecimentos e não aqueles devem ser selecionados.” (SILVA, 2004, p. 15). Esses

¹ Graduanda em Pedagogia - Centro de Educação - Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: iris_silva@hotmail.com

² Graduanda em Pedagogia - Centro de Educação - Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: joyceludmile@hotmail.com

³ Professora Doutora em Ciências da Educação (Currículo) pela Universidade do Porto. Professora Associada I do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco atuando no curso de graduação em Pedagogia e no curso de pós-graduação em educação, ambos da Universidade Federal de Pernambuco. Representante do Centro de Educação no Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão CCEPE da UFPE e representante do Centro de Educação no Conselho Universitário da UFPE. E-mail: rosangelatc@gmail.com

conhecimentos, por sua vez, estão implicados nos processos de subjetivação de crianças, jovens e adultos em processo de escolarização (CARVALHO, 2012).

Quanto à prática curricular está se refere ao currículo em ação, o currículo que remete àquilo que recai em atividades escolares que se justificam na prática por efeitos educativos, não sendo somente expressões dos conteúdos curriculares (SACRISTÁN, 2000). No contexto da prática curricular não apenas atividades recontextualizadas das propostas curriculares, mas também uma produção e uso permanente de artefatos curriculares, seja na indústria cultural seja no contexto da escola. Os artefatos curriculares produzidos por professores/as são o nosso principal objeto de análise.

Como recursos didáticos utilizados na prática pedagógica escolar, os artefatos curriculares têm uma relação entre materiais didáticos e prática pedagógica, de modo que os materiais didáticos dão significado à ação pedagógica e compõem o campo do currículo que carrega múltiplos elementos, incluídos com as relações de poder (CARVALHO, 2000).

O nosso pressuposto é que os artefatos curriculares da escola, tal como as propostas curriculares estão marcados pelo modo de se perceber as relações de gênero. O gênero tratado neste artigo como vem sendo conceitualizado por Rago (2012) e Louro (1997) reflete relações construídas nas práticas sociais e culturais. Nessas relações são produzidas diferenças sexuais de forma contínua. É no contexto das relações sociais, atravessadas por diferentes discursos e práticas que os sujeitos se constituem como masculino e feminino de modo que esses arranjos são sempre transitórios.

O interesse pelo objeto de pesquisa se deu a partir de inquietação sobre a temática de gênero nas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica e dos estágios curriculares durante o curso de Pedagogia realizado na UFPE quando observamos que a problemática das relações de gênero no contexto da prática curricular precisa ser problematizada, afinal - o que temos na sociedade e a escola está inserida na sociedade - não são apenas diferenças do ponto de vista de gênero, mas, sim, diferenças que geram desigualdade e subalternidade pelo gênero. Por outro lado, do levantamento que fizemos dos estudos recentes sobre essa temática observamos que não há praticamente uma menção específica sobre a análise das relações entre artefatos curriculares e gênero na educação infantil.

Ao fazer o levantamento na plataforma do *Google Acadêmico* nos últimos cinco anos sobre a temática de gênero, currículo e educação infantil nos deparamos com os estudos que tratam da relação: Currículo, gênero e prática curricular (JUNQUEIRA, 2010);

a construção de identidade de gênero, currículo e formação de professores (PAVAN, 2013); a possibilidade metodológica da pesquisa de gênero na educação infantil (FELIPE, 2014); gênero e/ou sexualidade na educação infantil (MARTINS DE CASTRO, 2014, COSTA *et al.* 2010; e ROSEMBERG, 2005); gênero no ensino fundamental (MAIA, NAVARRO, MAIA, 2011); gênero e sexualidade na formação do pedagogo e professores (UNBEHAUM, CAVASIN, GAVA, 2010; e SILVA, LUZ, 2010) e o currículo na educação infantil (DE OLIVEIRA, 2010).

Ao realizarmos um levantamento das produções acadêmicas dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC realizadas pelos discentes no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco constatamos que entre os anos de 2005 a 2013 são escassas as produções referentes às temáticas de gênero, currículo, educação infantil e prática curricular. Nesse acervo encontramos cinco estudos sobre gênero; um estudo sobre prática curricular; e dois sobre artefatos pedagógicos.

Nos estudos supracitados é recorrente a referência aos Estudos de Gênero, com os autores que também estamos utilizando em nosso trabalho. Vale ressaltar que nesses estudos há sempre menção aos movimentos sociais feministas, movimentos de mulheres, movimento gay, movimentos que têm influenciado o debate no campo do conhecimento sobre gênero, na política pública educacional, nos projetos curriculares e na legislação. Com efeito, o que se pode observar é que essa temática é reconhecida como relevante no processo educativo não apenas nos estudos acadêmicos. Há um reconhecimento da necessidade de inclusão da questão de gênero no processo educativo desde a primeira infância inclusive na legislação educacional, a exemplo das Diretrizes para Educação Infantil do Ministério da Educação que sobre a temática descreve a respeito da construção de sociabilidades e subjetividades infantis: “[...] comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa” (2010, p.17).

Em consonância com os estudos e com a legislação desenvolvemos a nossa pesquisa, a qual o artigo remete. O nosso trabalho constitui uma aproximação com a temática das relações de gênero no contexto da prática curricular da Educação Infantil. Nesse sentido, apresentamos nas seções que seguem: gênero e currículo; o caminho da investigação;

1 GÊNERO E CURRÍCULO: CONCEPÇÕES TEÓRICAS

A análise desenvolvida e apresentada neste artigo está fundamentada nos estudos curriculares que têm na teoria crítica (SACRISTÁN, 2000), e na teoria pós-crítica (SILVA, 2004; CARVALHO, 2000, 2012) suas principais referências. A esses estudos associamos os estudos de gênero com repercussão no currículo (LOURO, 1997 e 2000; RAGO, 2012).

Partindo da premissa de que o currículo é visto comumente apenas como documento oficial que rege a educação, nos aproximamos do discurso de Silva (2004) onde ele retrata o currículo como a porção da cultura selecionada para socializar os sujeitos da educação, mas que esta ação de selecionar é uma operação de poder e que essas relações estão implicadas com as identidades (SILVA, 2004, p. 16).

Nesse sentido, a concepção de currículo que norteou nossa pesquisa tem a premissa que o mesmo é um dispositivo que serve de norte educacional no que se refere aos objetivos, conteúdos e orientações didáticas ao mesmo tempo em que é um instrumento de poder no qual a seleção do que é reconhecido como mais importante ganha um maior espaço e tem maior influência na formação das identidades, inclusive as identidades de gênero.

Entretanto é preciso entender o currículo também como uma prática curricular, ou no modo de dizer de Sacristán (2000) como currículo em ação. Para ele

O currículo em ação é a última expressão de seu valor, pois, enfim é na prática que todo o projeto, toda a ideia, toda a intenção, se faz realidade de uma forma ou de outra [...] o currículo, ao se expressar através de uma práxis, adquire significado definitivo para os alunos e professores nas atividades que uns e outros realizam e será na realidade aquilo que essa depuração permita que seja. (SACRISTÁN 2000, p 201).

As atividades curriculares são mediadas por artefatos curriculares diversos. Sobre recursos didáticos Carvalho (2000) afirma que:

Os materiais didáticos são instituídos quando dão significado à acção pedagógica [...] ou seja as coisas do mundo - objectos, fatos entidades, etc. - não têm significado por si sós, mas são injectadas de significados pelas práticas e, só depois disso, adquirem algum sentido para nós. Assim, torna-se relevante saber como esses sentidos foram construídos, não esquecendo que os materiais didáticos compõem o campo do currículo no qual estão em jogo múltiplos elementos, implicados em relações de poder.[...] Nesse sentido, importa saber se, na prática pedagógica que estamos desenvolvendo os conteúdos e materiais didáticos e suas relações implicam um projecto de ensino não-sexista, não-racista, que propicie as condições para um reconhecimento do processo histórico que nos determina e do que somos. (CARVALHO, 2000 p.1)

Em nosso trabalho foram tratados como artefatos curriculares: diário eletrônico de classe, cartazes, atividades didáticas, cadernos, jogos, brinquedos, divisão de tarefas, livros paradidáticos utilizados na prática curricular, dentre outros artefatos produzidos por professores/as e utilizados na educação infantil. Buscamos a partir da visão de Carvalho significados que estão implicados nos artefatos curriculares, dito de outro modo, com essa visão, associada aos estudos curriculares e de gênero analisamos como se dá a presença da abordagem da temática de gênero na Educação Infantil.

Sabendo que a prática curricular influi na determinação de espaços, no uso do tempo, na instituição de significados, na postura dos sujeitos, na instituição de relações de poder, nas diferenças, nos códigos, nas formas de falar e de agir, nas condutas e posturas, essa prática contribui na reprodução do gênero e dos seus estereótipos. Tal como aponta Silva (2004, p. 92): estereótipos e preconceitos de gênero podem ser internalizados pelos próprios professores/as que, muitas vezes, inconscientemente esperam coisas diferentes de meninos e de meninas.

As concepções de gênero que fundamentam nossa pesquisa são construídas em acordo com o que Rago e Louro apontam em seus estudos como identidade de gênero. Rago (2012, p. 50) define que o gênero é a “construção social e cultural das diferenças sexuais” e gênero como categoria “não vem substituir nenhuma outra, mas atende à necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais” diz Rago (2012, p. 58).

Louro (1997) em seus estudos traz aspectos importantes para o debate sobre a identidade de gênero:

As identidades de gênero [...] elas também estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe. (LOURO, 1997. p. 28)

Partindo dessa concepção de gênero como uma construção por meio de interações sociais, tínhamos interesse em compreender em nossa pesquisa, como se dá essa construção na prática curricular, ou seja, o currículo em ação, no contexto da escola através dos artefatos curriculares. Nossa questão é como os mesmos interferem na construção das representações de gênero. Encontramos nos estudos de Louro elementos para dar reforço ao nosso estudo. Com a referida autora pudemos compreender como a

escola utiliza os artefatos para a reprodução de papéis e estereótipos de gênero e também implicada em relações de desigualdade. Diz Louro (1997):

As identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitirmos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade das desigualdades. (LOURO, 1997, p. 85 e 86)

Desse campo teórico construímos o nosso foco analítico do ponto de vista da conceitualização para problematizar os papéis rigidamente estabelecidos a meninos e meninas socialmente, suas valorizações, flexibilizações e imposições, visto que o contexto da escola é entendido como um espaço social, no qual segundo Louro (1997, p.22) “se constroem os gêneros”.

2 A ABORDAGEM QUALITATIVA COMO CAMINHO DA PESQUISA

A nossa pesquisa recorre à abordagem qualitativa de pesquisa, sob o enfoque dado por Ludke e André (1996). Para as autoras nesse tipo de pesquisa o pesquisador tem um contato direto com o ambiente e a situação a qual está sendo investigada. Afiliada a essa abordagem elegemos como procedimentos de análise: a observação de duas salas de aula; entrevista semiestruturada; análise de registros documentais do tipo oficial o documento de orientação geral do currículo da Rede Municipal do Recife; do tipo técnico o Projeto Político Pedagógico-PPP; do tipo didático no qual o professor/a é o produtor ou orientador a exemplo de cartazes e caderno escolar.

O *locus* da pesquisa aconteceu em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na cidade de Recife-PE RPA-01 (Região Político Administrativa) onde é feita a oferta da modalidade de ensino da educação infantil, abrangendo a oferta da creche com crianças de 2 e 3 anos e a pré-escola com crianças de 4 e 5 anos divididos entre os grupos 3, 4 e 5 da educação infantil. A escola funciona atualmente em horário integral prestando atendimento a 128 crianças com trabalho pedagógico realizado por 12 professores/as dos quais dois fizeram parte de nossa pesquisa.

Esses dois professores/as são identificados neste artigo como Professor 1 e Professor 2, e no artigo para que pudesse ficar oculto a identidade dos mesmos eles serão identificados como professores/as. Professor 1 com graduação em Pedagogia na

Universidade Federal de Pernambuco com especialização em educação infantil na Faculdade Frassinetti do Recife, tem 29 anos de prática docente sendo 12 anos na rede Municipal do Recife. Professor 2 tem formação em História com habilitação em História da Arte e das Religiões e pós-graduação pela Universidade Rural de Pernambuco em Direito da Criança e do Adolescente, tem 22 anos de prática docente.

A análise dos dados identificados no material coletado nos documentos, nas entrevistas, e nos registros de observação, teve como método a análise de conteúdo que segundo Ludke e André (1996) tem como desenvolvimento a familiaridade com o texto, ou seja, requer a leitura exaustiva; a identificação de palavras-chave, temas, a eleição de categorias e, por fim a interpretação. O que se quer dizer é que mesmo tendo categorias dadas pela literatura teórica, incorporamos o modo de categorizar do campo empírico.

Vale ressaltar que a análise dos documentos teve como contraponto não apenas a literatura na área de currículo e gênero, mas também os documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério de Educação (MEC) dentre eles as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) e Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) e os documentos disponibilizados pela Rede Municipal da qual foi feita a pesquisa.

Nas seções que seguem apresentamos os resultados e as reflexões sobre a análise desenvolvida e, em seguida, as considerações finais argumentando a respeito da temática analisada.

3 A TEMÁTICA DE GÊNERO NA PRÁTICA CURRICULAR

3.1 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS:

Nesta seção é feita a análise de documentos oficiais e técnicos que foram encontrados durante a nossa pesquisa em campo. Dentre os documentos destacamos inicialmente o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP), e posteriormente o Currículo da Rede Municipal e Nacional com foco na educação infantil e sua relação com a temática da questão de gênero.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento elaborado a partir do diálogo entre os diferentes segmentos da comunidade escolar com a finalidade de organizar e planejar o trabalho administrativo e pedagógico a ser desenvolvido na instituição escolar. O documento que tivemos acesso foi produzido no ano de 2012, a partir de uma reflexão sobre a ação educativa da escola, a observação e a participação

coletiva dos educadores, como também das informações coletadas na comunidade de uma maneira geral, tem como elemento marcante a (re) construção de sentidos no que diz respeito à identidade institucional e seus valores educacionais, no direcionamento da prática pedagógica.

Nesse documento estão traduzidos aspectos como a caracterização geral da escola, corpo docente, corpo técnico-pedagógico, pessoal de apoio à ação educativa, corpo discente e a missão da escola. Segundo a direção da escola o documento analisado está desatualizado devido às mudanças recentes na equipe da gestão escolar da referida instituição.

No que se refere à questão do gênero, nosso campo de investigação, o PPP na seção referente ao objetivo pedagógico menciona as questões de gênero no contexto da produção de subjetividades das crianças no que se refere aos processos de discriminação:

Construir novas formas de sociabilidade de sensibilidade (estética e interpessoal), de solidariedade (intelectual e comportamental), de senso crítico (autonomia e tolerância a divergência) e de subjetividade comprometidas com a democracia e a sustentabilidade do planetária, rompendo com toda e qualquer forma de discriminação (racial, de gênero, socioeconômico, regional, linguístico e religioso). (Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Recife,2012)⁴

Tal entendimento no documento escolar reflete os avanços que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs proporcionaram, visto que a concepção da proposta pedagógica de ambos os documentos analisados é alicerçada na perspectiva sociopolítica e pedagógica desses documentos, conforme indicamos na introdução desse artigo. De fato, tanto nas DCNEIs quanto no Projeto Político Pedagógico é possível verificar a prioridade na educação das crianças tendo como foco os direitos da criança sua integralidade e totalidade como pessoa humana, de modo a formar cidadãos críticos comprometidos com o seu papel social para assim construir uma sociedade mais democrática, ambientalmente sustentável onde exista solidariedade e respeito a ponto de eliminar qualquer forma de discriminação entre as pessoas.

Por outro lado, está em consonância com o que vem sendo apresentado pelos estudos recentes e pela sociedade civil e política. Nesse estudo mostra-se a importância do enfoque de gênero pois, nem sempre tem se garantido os direitos a uma educação na perspectiva hoje indicada na legislação educacional. Os estudos de gênero têm apontado que as desigualdades sociais entre homens e mulheres não se limitam basicamente as

⁴ Material consultado na escola sobre supervisão da coordenadora da escola.

características biológicas ou sexuais, mas sim a maneira como essas características foram socialmente construídas, representadas ou valorizadas.

O PPP está em consonância também com o que identificamos no documento de orientação curricular da Rede Municipal do Recife. Nesse documento constatamos que os princípios norteadores da Educação no Recife são fundamentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e têm como temáticas principais a escola democrática, a diversidade na escola democrática e o meio ambiente e educação. A criança nessa proposta curricular é considerada como o sujeito central do planejamento curricular. Orienta para que se reconheça a importância da educação infantil no que se refere ao brincar, ao respeito às aprendizagens das crianças, ao desenvolvimento integral de acordo com cada faixa etária, e do mesmo modo a importância aos aspectos referentes às relações de gênero, étnico-raciais e culturais (Prefeitura da Cidade do Recife, 2012)

No diário eletrônico dos professores da Rede Municipal do Recife, que substitui hoje o tradicional diário de classe, tratado neste artigo como um artefato curricular, encontramos a temática de gênero relacionada à diversidade cultural. Há indicação para o grupo 5 (cinco) da Educação Infantil que é nosso campo empírico de pesquisa, no item “Diversidade e valorização das diferenças”, um trabalho pedagógico que propicie a abordagem do gênero de forma a dar conta da diversidade e a tolerância.

Sobre essa categorização indicada nos dados da pesquisa isto reafirma a influência dos movimentos feministas e a execução de leis e documentos que promovem a igualdade de gênero, como havíamos indicado na introdução deste trabalho. Contudo, vale ressaltar que a concepção de tolerância remete ao pensamento liberal que apela para a convivência respeitável entre as diversas culturas. Sobre essa questão Silva (2014, p. 86) observa que esse posicionamento se limita ao “deve-se tolerar e respeitar a diferença porque sob a aparente diferença há uma mesma humanidade”. Para o autor acima a existência das diferenças culturais não pode ser considerada independentemente das relações de poder, pois, a diferença que “não é uma característica natural: ela é discursivamente produzida” (SILVA, 2004, p.87).

No diário eletrônico disponibilizado pelo professor 1, os objetivos do eixo temático “Diversidade e valorização das diferenças” indicam como a temática de gênero está sendo norteada para a prática curricular do professor da referida rede:

Reconhecer a identidade, a partir do grupo social de pertença. Valorizando e respeitando as diferenças. Interagir com diferentes matérias que contemplem a diversidade étnico-racial, de gênero, de geração e de pessoas com deficiência.

Participar de vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem padrões de referência e de identidade no diálogo e reconhecimento da diversidade. Conhecer e interagir com as manifestações tradições culturais brasileiras. (Prefeitura da Cidade do Recife, diário eletrônico do professor,2015)⁵

A partir de tal proposição da rede, fica perceptível a influência do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI) que em seu volume 2 apresenta a seguinte proposição:

No que concerne a identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher. Isso exige uma atenção constante por parte do professor, para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher, como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões, ou que homem não chora e que mulher não briga. (BRASIL, RECNEI vol. 2, 1991. p. 41)

Diante do que foi exposto pode-se considerar que a discussão de gênero se faz presente nos registros documentais que orientam a prática curricular dos professores/as da Educação Infantil da Rede Municipal do Recife. Em síntese podemos indicar os modos de tratar gênero do ponto de vista dos registros documentais: gênero e discriminação; gênero, diversidade e tolerância; gênero e valorização da diversidade.

3.2 OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA CURRICULAR: AS QUESTÕES DE GÊNERO NOS ARTEFATOS CURRICULARES

Nesta seção trataremos a análise dos artefatos curriculares e também da prática curricular dos docentes observados. Como dito anteriormente a pesquisa se deu em duas turmas do grupo 5 (cinco) da Educação Infantil. Nessas turmas foi observada a prática curricular de dois professores/as. Ao entrar nas salas de aula nos deparamos com práticas curriculares um pouco diferentes do que havíamos pressuposto em nosso projeto de pesquisa e também de práticas curriculares de outras escolas em que havíamos feito outras pesquisas, como aquelas durante as das disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica quando observávamos uma prática de desigualdade de gênero, por exemplo, quando professores relacionavam a utilização de brinquedos por gênero ou até mesmo o rendimento escolar das crianças.

⁵ Este documento foi fornecido para consulta pelo professor/a que participou da pesquisa em campo. Como o mesmo é disponibilizado online para os professores da rede municipal do Recife. A mesma imprimiu uma cópia para que pudéssemos verificar o que a prefeitura estava propondo para o trabalho pedagógico do grupo que fez parte de nossa pesquisa.

Um primeiro aspecto identificado está relacionado às escolhas por determinados tipos de artefatos curriculares e de atividades pelos professores/as 1 e 2 sem uma preocupação em relação a distinção de gênero. Brinquedos, jogos, e atividades são propostas para meninos e meninas sem que os professores/as façam intervenção nas escolhas e formação de grupos. Essa prática também foi observada com crianças que possuem algum tipo de deficiência.

Entretanto, essa postura dos professores/as 1 e 2 não parece ser acompanhada pelos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs), estagiários e outros funcionários da escola. Durante o intervalo quando os professores/as não ficam como responsáveis pela observação e condução das atividades esses profissionais reproduziam a divisão de atividades por sexo biológico de modo a ressaltar os discursos de divisão de gênero e binarismo.

Há que se registrar também que na formação dos grupos em sala de aula foi possível perceber que as crianças em sua maioria se agrupavam entre seus pares meninos com meninos e meninas com meninas, mostrando que eles já carregam o que socialmente lhes é indicado como correto. Louro (2000) já havia alertado que nas práticas do cotidiano, nas disposições dos espaços físicos e na organização do tempo os indivíduos reafirmam as diferenças de gênero. Para ela é uma incorporação pelos indivíduos de resíduos que funcionam como marcadores de identidade e que permitem que os indivíduos se reconheçam conforme sua identidade de pertencimento a um determinado grupo.

No que se refere aos artefatos curriculares, que são nosso principal objeto de estudo e análise, em campo encontramos poucos desses artefatos construídos pelos professores/as em sala de aula. Isto se deu porque os CMEIs da rede Municipal do Recife estão fazendo a transformação das salas de aula em ateliês⁶ seguindo o exemplo do CMEI Professor Paulo Rosas que também faz parte da rede Municipal do Recife. Esse projeto de transformação das salas de aula em ateliês justifica, segundo os

⁶ O ateliê é, antes de mais nada, ambiente de pesquisa, descobertas, aprendizagem, diálogo, cooperação. Os Ateliês são organizados em torno dos quatro eixos pedagógicos fundamentais ao desenvolvimento da criança: o MOVIMENTO, o FAZ-DE-CONTA, as ARTES e as LINGUAGENS. Cada um desses eixos temáticos corresponde a uma faixa etária específica. Assim o Grupo 1 (01 ano) tem como referência o Ateliê de Movimento; o Grupo 2 (02 anos) o Ateliê de Faz-de-Conta; o Grupo 3 (03 anos) o de Artes; e o Grupo 4 (04 anos) o de Linguagens. Embora cada Grupo se acomode em uma dessas salas, todos eles, inclusive o Berçário, participam de um rodízio de Ateliês, realizando atividades propostas para cada um deles, durante todo o dia, de modo que ao final da semana todos tenham tido oportunidades de desenvolverem habilidades e conhecimentos relativos a cada eixo. (Blog CMEI Professor Paulo Rosas. Disponível em: < <http://cmeiprofessorpaulorosas.blogspot.com.br/search?q=ateli%C3%AAs> > visitado em 08/06/15)

professores/as 1 e 2 o porquê dos mesmos não estarem expondo as suas produções e de suas crianças na sala de aula, pois segundo eles, estão aguardando a efetivação do projeto das salas ateliês para poder expor suas produções e de suas crianças.

Este fato teve certo impacto para a nossa coleta de dados tendo em vista a precária exposição de artefatos curriculares. Apesar disso, no decorrer das observações encontramos materiais técnicos utilizados na prática curricular que trazem direta ou indiretamente a presença do discurso sobre o gênero, dentre eles privilegiamos cadernos escolares, quadro de chamada, livros da literatura infantil, brinquedos e atividades propostas planejadas e executadas pelos professores/as e de forma complementar atividades pedagógicas pondo em prática o curricular em ação através de leituras, brincadeiras e divisão de atividades. Dos artefatos curriculares encontrados:

3.2.1 Caderno escolar:

Os *cadernos escolares* são instrumentos didáticos e artefatos curriculares que fazem parte da cultura escolar e estão presentes nas várias etapas da escolarização servindo de registro no cotidiano das aprendizagens trabalhadas em sala. De modo geral, nos anos iniciais de escolarização os cadernos servem especialmente como um suporte para as funções planejadas pelos docentes. Além disso, por meio das informações contidas nos cadernos é possível realizar o acompanhamento sobre o histórico do aprendiz, o trabalho do docente e as relações que são estabelecidas no contexto escolar. Sobre o caderno escolar Hébrard (1988) afirma que:

O caderno escolar, que substitue então a simples folha de papel, torna-se o espaço de escrita no qual acontecem todas estas aprendizagens. O aluno descobre aí não somente como ordenar o espaço bidimensional próprio à ordem gráfica, mas também como, pela escritura, dominar o tempo de seus trabalhos e de seus dias. Misturando ao texto esquemas, figuras e mesmo imagens, ele se dá os meios de dispor de um instrumento próprio a organizar a enciclopédia de seus conhecimentos. (HEBRARD, 1988, P.115)

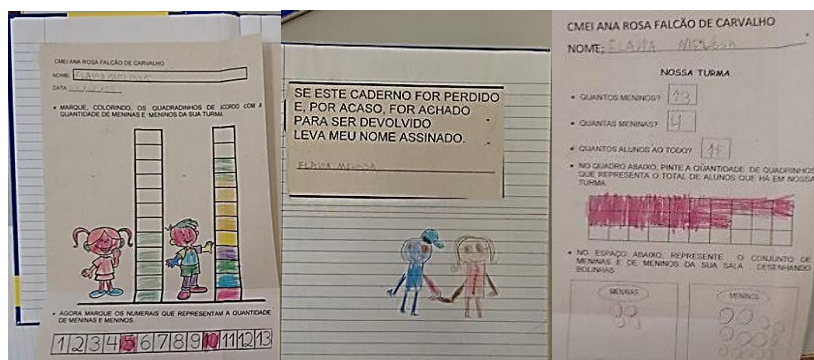
Em nosso trabalho o caderno escolar, para além do que indica Hebrard, é visto como um artefato curricular e está também implicado nas identidades dos sujeitos da educação. Dessa maneira, a fim de verificarmos as práticas curriculares e a questão de gênero identificamos no caderno escolar, lições propostas pelos professores/as da Educação Infantil, bem como sua relação com a construção do discurso de gênero. Verificamos lições realizadas em cinco cadernos escolares de crianças, sendo que destes

um caderno é direcionado para as atividades de cópias e o outro é um caderno de desenho, pintura e colagem.

Inicialmente constatamos que de um modo geral esses cadernos são utilizados como suporte para a realização de cópias com a utilização de atividades xerocadas que posteriormente são anexadas aos cadernos, pois as crianças ainda estão iniciando o processo de aquisição do sistema alfabético de modo que cada criança possui um ritmo diferente nas atividades de cópias.

Quanto à questão do gênero algumas atividades presentes nos cadernos que analisamos evidenciam a presença de marcadores de gênero, a exemplo de aspectos como: a quantidade das crianças por gênero, brinquedos divididos por gênero, utilização de cores para identificação e distinção de gênero que definem a *cor rosa* "de menina" e azul "de menino". O que nos leva a concordar com o pressuposto de que o gênero está relacionado diretamente com a construção social que concebemos a partir do que é feminino e masculino, e que as identidades de gênero são resultado de influências sociais. Desses cadernos pudemos encontrar marcadores de gênero como nas imagens a seguir:

Figura 1 - Cadernos – Aluno 1 - menina



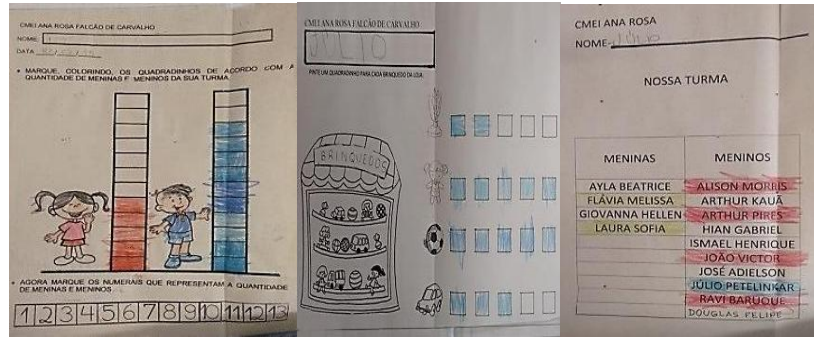
Fonte: dados da pesquisa

Figura 2 – Aluno 2 - menina



Fonte: dados da pesquisa

Figura 3 – Aluno 3 - menino



Fonte: dados da pesquisa

Figura 4 – Aluno 4 – menina



Fonte: dados da pesquisa

Figura 5 – Aluno 5 - menino



Fonte: dados da pesquisa

É perceptível a influência de padrões sociais e de discursos que são hegemônicos na sociedade sobre aos gêneros nos cadernos das crianças. E mesmo quando não solicitados pelos professores/as que façam a distinção de gênero nas pinturas e atividades é reproduzido pelas crianças o que a sociedade os impõe a exemplo das cores “azul de menino” e “rosa de menina”. Afinal, antes mesmo de nascerem às crianças já tem artefatos culturais nas cores rosa e azul, ainda como algo forte na sociedade de consumo. São exemplos os enxovais, mobílias, pratos e talheres nas cores rosa para

menina e azul para menino. Há uma reprodução em outros artefatos como brinquedos, sacolas, materiais escolares diversos tal como nas figuras abaixo.

Figura 6 – artefatos culturais para meninos e meninas



Fonte: dados da pesquisa no site de busca google.com

Dessa maneira, como a nossa cultura carrega uma forte ideologia de gênero as crianças acabam aprendendo e reproduzindo o que lhes é posto em relação ao “ser menino” ou “ser menina” e as reproduzem em suas atividades escolares e em seus cadernos escolares. A sociedade heteronormativa tem diferentes recursos para perpetuar a ideia de que meninos usam camisetas de super-heróis e as meninas usam vestidinhos de princesas, meninos brincam com brinquedos que envolvem ação, disputa e relações de poder, e as meninas brincam de casinha com bonecas e utensílios domésticos, meninos não choram são fortes e as meninas são frágeis, meigas, tem que sentar direito, se comportar e cuidar da beleza. São as demarcações de gênero operando na diferença cultural de gênero que acabam por ser incorporadas e reproduzidas nas crianças.

Sobre as representações e demarcações atribuídas ao gênero Louro (2000) afirma:

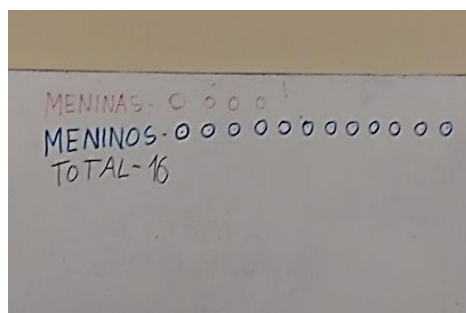
A demarcação de fronteiras tem importantes efeitos simbólicos, sociais e materiais. É preciso demarcar o lugar do outro - simbolicamente, indicando o que significa estar lá; social e materialmente, excluindo e separando o sujeito que o ocupa. (LOURO, 2000. p. 70).

Assim é possível compreender que as cores e representações simbólicas são utilizadas como demarcadores de gênero e também de distinção dos papéis sociais. A escola, a família e a sociedade de maneira geral possuem grande responsabilidade na formação de identidades de gênero, e em superar suas desigualdades em decorrência da predominância do machismo e sexismo. Nos cadernos ficaram visíveis os demarcadores de gênero nas representações de cores e objetos que fazem inferência na identificação das crianças isto mostra o quanto às imposições postas aos gêneros refletem também nos artefatos curriculares e como as crianças se identificam perante as atividades propostas pelos professores/as.

3.2.2. O quadro de frequência:

Dentre os artefatos observados e coletados durante a pesquisa um dos artefatos presente na prática curricular do professor 1 nos chamou bastante atenção, que foi o quadro de frequência. O professor pede às crianças que façam a contagem das crianças presentes na aula fazendo distinção de seu gênero e a mesma sistematizava a contagem das crianças no quadro fazendo a distinção de cores, azul meninos, vermelho meninas, como mostra a figura abaixo:

Figura 7 – quadro de frequência



Fonte: dados da pesquisa

Sobre essa prática o professor 1 relatou que não havia intenção em relação ao gênero:

Quando fazia o quadro pra frequência eu colocava assim um menino e uma menina pra essa questão da quantificação e muito mais pela questão assim de poder trabalhar quantos a mais, quantos a menos, os pares (Professor 1).

O professor naturaliza tal prática, embora através da mesma esteja reforçando mesmo que indiretamente a divisão do gênero. Louro (2000) reconhece que “as

identidades, constituídas no contexto da cultura, produzem-se em meio a disputas, supõem classificações, ordenamentos, hierarquias; elas estão sempre implicadas num processo de diferenciação.” (LOURO. 2000. p. 63). Assim quando o professor em todas as aulas faz a contagem e divisão das crianças por cores ela se utiliza de marcadores de gênero e reforça a separação social dos mesmos.

3.2.2 Leituras:

Durante as aulas pudemos presenciar a escolha de livros paradidáticos para a leitura durante as aulas. Os livros de literatura têm a função na escola de artefatos curriculares, pois na ação escolar são pedagogizados, respondem as regras da escolarização (LAROSSA, 1999).

Dentre os livros de literatura infantil a escolha recaiu em clássicos contos de fadas e histórias infantis como: *Os três porquinhos* e *Chapeuzinho vermelho*; e fábulas mais atuais como o *Racismo no galinheiro*; *Lucas o menino que tinha medo*; *Você vai ao casamento do pato?*; *Camilão, o comilão e Mamão, melancia, tecido e poesia*.

Observamos o reconhecimento, pelos professores/as da importância que a leitura desempenha ao estimular o desenvolvimento da fala e escuta da criança, como também na transmissão de valores humanos e sociais. Os livros de literatura abordam a temática da diversidade cultural, como o racismo.

Contudo, observamos também que algumas histórias trazem estereótipos de gênero como fragilidade do personagem feminino na história de Chapeuzinho vermelho, a virilidade e força do caçador e do Lobo, questão que não é problematizada pelos professores/as observados.

Sabe-se que é também por meio de leituras que as crianças podem reforçar o que socialmente vem sendo imposto a elas na construção da identidade de gênero e seus papéis. Esses papéis sociais são muito importantes, pois, segundo Louro (1997, p. 22)

[...] não há [...] a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas.

Assim ao analisar os livros e a prática da contação de histórias dos professores/as com suas crianças identificamos que os mesmos não fazem as crianças refletir e questionar as imposições das identidades de gênero hegemônico presentes em tais livros.

3. 2.4 Brinquedos:

Os brinquedos presentes no campo observado eram disponibilizados não só pelos professores/as, mais também levados pelas crianças para serem utilizados durante o intervalo ou no dia reservado aos brinquedos e brincadeiras que era proposto para as aulas em dias de sexta-feira.

Dentre os brinquedos disponibilizados pelos professores/as nos deparamos com quebra-cabeça que traziam imagens de fazenda, animais e dinossauros; letras de plástico; material dourado; blocos para aprender montando a cidade; animais e dinossauros de plástico; peneiras, pás e baldes de plástico.

De forma diferente os brinquedos que as crianças trazem de suas casas estão carregados das representações sociais construídas sobre gênero. Meninos levavam jogos de carta, armas de plástico e carrinhos. Já as meninas levavam bonecas, ursinhos e panelinhas. É o social entrando na escola.

Vale ressaltar que apesar desses brinquedos apresentarem marcadores de gênero construídos socialmente como brinquedos para meninos ou brinquedo para meninas, os professores/as não fazem intervenção sobre quem deve usar tais brinquedos. Entretanto algumas crianças apresentavam discursos ou distinção conforme o marcador de gênero apresentado pelo mesmo, não querendo brincar com um determinado brinquedo ou fazendo chacota do aluno que utilizava o artefato.

4 AS CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES/AS SOBRE CURRÍCULO E GÊNERO

Como já indicamos, em nossa metodologia realizamos duas entrevistas semiestruturadas, com dois professores/as de modo a complementar o nosso entendimento sobre o modo de tratar as questões de gênero na Educação Infantil. Será apresentado nesta seção o que pensam os professores/as entrevistados em relação ao currículo, aos artefatos curriculares construídos por eles, e sobre a influência da família.

4.1 Concepções sobre o currículo:

Sobre o entendimento acerca do currículo, no discurso dos docentes é possível perceber que há diferença no entendimento de ambas sobre o que trata o currículo. O professor 1 trata de sua preocupação a respeito do currículo a ser trabalhado na Educação Infantil e da falta de uma orientação mais estruturada da Secretaria de Educação do Município tal como observamos em sua fala:

É uma coisa que a gente sente falta, que muitas vezes tentou fazer aqui foi definir um currículo para a educação infantil. Agora é que a prefeitura tá entregando uma grade ou na caderneta vem algum direcionamento, mas a gente não tinha e mesmo assim a gente não tem definido (Professor 1)

Já o professor 2 argumenta de modo mais geral ao mencionar que “Currículo é o que norteia a Educação Infantil quando reunimos tudo àquilo que pretendemos trabalhar com as crianças no decorrer do ano letivo” (Professor 2)

O currículo parece ser uma temática que precisa ser mais e melhor trabalhada com os professores/as que não se vêem como organizadores de currículos quando elegem o que vão ensinar no dia a dia da escola. Foi possível verificar que os professores/as ainda carregam a concepção do currículo tradicional como artefato de organizar os conceitos e técnicas de ensino “imagens estáticas como as de grade curricular e lista de conteúdo” (SILVA, 2004 p. 147). E não como instrumento e espaço de saber, poder e identidade como diz SILVA (2004).

4.2 Construção dos artefatos curriculares:

Quando questionadas sobre suas práticas na construção dos artefatos curriculares que são levados para a sala de aula e sua relação com a distinção entre os gêneros das crianças em relação à escolha de cores, formatos, personagens, brinquedos e objetos o professor 1 afirma que:

É também a escolha do material vai muito do que eu vou trabalhar. Então assim vamos dizer se eu vou trabalhar um texto que fale vamos dizer um texto do São João que tenha o baile que fale dos casaizinhos do baile que ele convidou, então assim tem o bode e a cabra, o pato e a pata, então eu procuro figurinhas que tem isso, aí né geralmente as figuras que você consegue tem uma pata com um lacinho e o pato com a gravata e aí é o que você tem pra distinguir o que é o macho e a fêmea, mas eu não determino cor, isso aí não. Aí eu vou mais pelo que eu preciso mesmo (Professor 1)

Nesse sentido, mesmo tendo esforço para eliminar essa divisão na prática pedagógica a mesma faz a distinção de gênero. Já o professor 2 traz um outro discurso quando afirma em seu relato que:

Geralmente construo em sala de aula com os alunos. Eu parto a partir do planejamento, agora não sou muito rigorosa de seguir ao pé da letra. Planejar é

tudo, porque se você não planeja não consegui fazer nada, ainda que o seu planejamento fure. Mas você tem que ter um direcionamento a ser seguido. Agora depende da aula e do conteúdo que será trabalhado. Mas, os materiais são sempre misturados sem levar em consideração a questão do gênero. Os alunos por si só brincam com atividades tidas como femininas. (Professor 2)

Durante o questionamento sobre a construção dos artefatos curriculares percebemos que ambas as docentes ressaltam que não fazem imposição de papéis de gênero na construção de seus artefatos. Entretanto, pelos materiais e observações feitas em campo, tal como já apresentamos, podemos encontrar alguns materiais que carregam tais papéis, o que indica uma contradição com os discursos das docentes na entrevista.

4.3 Confeccões de atividades, cadernos e cartazes:

Ao serem perguntadas sobre as atividades didáticas, cadernos e cartazes quanto a diferenciação nas atividades para meninos e meninas, o professor 1 de modo bem direto afirma que “Não!”. O professor 2 além do “Não”, justifica: “Não tem isso de menino ou menina! Tudo é muito intencional, apesar de que a pergunta me faz refletir se eu faço ou não, mas eu cheguei a conclusão que não”.

O professor 2 relatou a situação em que um aluno veio para escola com uma bermuda cor de rosa e as meninas falaram que rosa é de menina, o menino retrucou falando que “não tem nada a ver porque as cores são de todo mundo” e o professor 2 confirmou a fala do aluno para toda a turma.

Pelas respostas fica explícito que não há intenção de fazer essa diferenciação na prática pedagógica de ambas, porém em conversa com o professor 2, o mesmo relatou que percebe as relações de gênero entre as crianças a partir de comportamentos na sala de aula, escolha dos brinquedos, capricho das meninas nas atividades, escolha de cores e discursos. No entanto, meninos e meninas brincam de brincadeiras diversas e convivem igualmente independentes do gênero. Esta ação retoma o fato do quanto o social em que a criança está inserida reflete em suas ações, que são carregadas de divisões de gênero.

4.4 A família na construção do gênero das crianças:

Sobre a influência da família na construção de gênero as docentes relatam experiências vindas da família, nas quais fica perceptível que para ambas é grande a influência da família na construção das diferenças de gênero nas crianças. Em seus

relatos os professores/as mostram como a família reproduz padrões hegemônicos de gênero que influenciam diretamente na formação da identidade de gênero da criança.

Assim, o professor 1 relatou que:

Já teve no grupo três uma mãe que entrou na sala e disse *pra* não deixar que ele tava brincando com a boneca. E *ai* eu coloquei pra ela que não, que aqui ele ia ter essa experiência, que ele brincar de boneca não significava que tinha feminilidade nele e que o brincar representava o contexto social e se ele tava brincando com a boneca ele podia muito bem ser um pai, ser um padrinho, ser um tio ali naquele momento. Então que ele iria experimentar da mesma forma que as meninas iriam experimentar brincar com carrinho, moto e o que fosse. (Professor 1)

Então, mesmo diante do sexismo apresentado pela mãe, o professor 1 demonstrou ter a clareza do seu papel como educadora no sentido de dar conta do que está indicado na política curricular. Está atenta quanto à necessidade de quebrar com paradigmas conservadores em relação ao gênero quando possibilita as crianças, independente do gênero, brincarem com o que eles quiserem.

O professor 2 nos informa que “as vezes tem uns [pais] que são mais machistas e querem interferir porque prestam atenção nessas questões de gênero quando a criança reage diferentemente do que socialmente esperado” (Professor 2).

Assim analisando os trechos das entrevistas das docentes é possível compreender que há uma busca para que através de sua prática pedagógica não haja uma divisão de gênero. Contudo, ao confrontarmos com as outras análises feitas durante as observações identificamos algumas contradições. Entretanto é perceptível o desejo de superar as práticas curriculares que possam reforçar a desigualdade de gênero, mas, há também a permanência de práticas que reforçam os binarismos em relação ao gênero e desigualdade seja em artefatos curriculares, nas interações entre as crianças e também com a participação da família.

Dessa forma é possível compreender as relações de poder quanto à divisão de gênero se perpetuam através das práticas tidas como irrelevantes, pequenas ações, ou pequenos discursos. Práticas que estão implicadas na perpetuação de desigualdades de gênero.

TECENDO CONCLUSÕES

Tivemos como problemática para nossa pesquisa investigar e analisar como se dá a temática de gênero por meio dos artefatos curriculares para construção da identidade de gênero na educação infantil. Debruçamos sobre vários teóricos que fazem

o estudo das temáticas de gênero, currículo, artefatos curriculares e educação infantil. Com esses estudos nos associamos ao pressuposto de que o gênero é moldado, construído e reafirmado através dos artefatos curriculares dos professores/as.

Assim, como foi possível verificar no decorrer de nossas análises que estão supracitadas, nossos achados juntamente com o estudo dos demais teóricos nos fazem concluir que os artefatos curriculares vêm tomando novas roupagens e que as influências do movimento feminista e dos estudos sobre relações de gênero vem causando mudanças na construção e execução do currículo, como também nos artefatos curriculares desenvolvidos pelos professores/as. Entretanto, como nossa cultura tem uma forte ideologia de gênero, as influências socioculturais exercem grande influência nas representações de gênero que naturalizam as divisões e hierarquizações da abordagem sobre a identidade de gênero.

Dessa maneira, os professores/as mesmo afirmando não fazer a distinção de gênero em suas práticas curriculares apresentem tais distinções implicitamente, não apenas nos artefatos curriculares construídos e ou executados em suas práticas curriculares, mas também através de seus discursos. Identificamos também que no corpo escolar (funcionários, gestores, famílias e comunidade) há pessoas que desenvolvem práticas para reforçar a normatização do gênero o que acaba resultando na divisão e moldando as identidades de gênero das crianças a partir de estereótipos.

Os documentos oficiais analisados que regem a educação apresentam grandes avanços, apresentando a abordagem da temática do gênero, respeito, tolerância e desmistificação de padrões hegemônicos, entretanto muitas vezes há um desconhecimento por parte dos executores (professores/as e gestores/as) de tais documentos, ficando apenas na teoria a proposta de mudanças.

Assim concluímos que muito ainda tem de ser feito para que haja a efetivação da proposição dos direitos humanos para a igualdade de gênero. Por isso, é de suma importância dialogar sobre a questão do gênero nas escolas, como também que haja a ampliação da formação de professores/as, gestores/as, funcionários/as da educação, para que efetivamente possamos promover a cidadania de modo a difundir valores de equidade e respeito para assim alcançarmos a igualdade de gênero, quebras de padrões e estereótipos de gênero, propiciando assim uma melhoria na educação das crianças.

REFERENCIAL

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Documento Introdutório. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica*. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. *Materiais Didáticos e Cultura*. *Jornal a Página da Educação*, Português, p. 18, 01 fev. 2000. Disponível em: < <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=88&doc=7933&mid=2> > . Acessado em 13/11/2014

_____. *O discurso curricular intercultural na educação de jovens e adultos e a produção de subjetividades*. *Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP*. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 38, n. 1, 2012, p. 47-61.2012

COSTA, Ana Paula et al. Sexualidade, gênero e educação: novos olhares. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: < <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/2691/2401> >. Acessado em: 06/07/2015

DE OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. *O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PROPÕEM AS NOVAS DIRETRIZES NACIONAIS?*. 2010. Disponível em: < http://www.ferroviadaintegracao.com.br/sistemas/pagina/setores/educacao/freiavi/arquivos/2014/O_Curriculo_na_Educacao_Infantil.pdf > Acessado em: 06/07/2015

FELIPE, Jane. Estudos Culturais, Gênero e Infância: limites e possibilidades de uma metodologia em construção. **TEXTURA-ULBRA**, v. 11, n. 19-20, 2014. Disponível em: < <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/998/774> >. Acessado em: 06/07/2015

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França–séculos XIX e XX). **Revista Brasileira de História da educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 115-141, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Revista Espaço do Currículo**, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: < www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/download/4281/3238 >. Acessado em: 06/07/2015

LAROSSA, Jorge. *Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascarados*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós – estruturalista*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *Corpo, escola e identidade*. in Educação & Realidade, v. 25, n. 2, 2000, p. 59-76.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando. Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. **Psicologia da Educação**, n. 32, p. 25-46, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141469752011000100003&script=sci_arttext&tlng=en>. Acessado em: 06/07/2015

MARTINS DE CASTRO, Nilsandra. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA IDENTIDADE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **EntreLetras**, v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/index.php/entreletras/article/view/976>>. Acessado em: 06/07/2015

PAVAN, Ruth. Currículo, A construção das identidades de gênero e a formação de professores. **Revista Contrapontos**, v. 13, n. 2, p. 102-109, 2013. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/3824>> . Acessado em: 06/07/2015

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. Descobrimo historicamente o gênero. In Gênero e historia. Editorial CNT-Compostela. 2012. Disponível em: <<http://www.cntgaliza.org/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>>. Acessado em: 10/02/2015

RECIFE. Secretaria de Educação, Esporte e Lazer. *Política de Ensino da Rede Municipal do Recife: Subsídios para Atualização da Organização Curricular*. / Élia de Fátima Lopes Maçaira (Org.), Katia Marcelina de Souza (Org.), Marcia Maria Del Guerra (Org.). __ Recife: Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, classe, raça e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 96, p. 58-65, 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/814>>. Acessado em: 06/07/2015

SACRISTÁN, J. G. *O Currículo – Uma Reflexão sobre a Prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, Isabel de Oliveira; LUZ, Iza Rodrigues da. *Meninos na educação infantil: O olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero*. Cadernos Pagu, n. 34, p. 17-39, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a03n34.pdf> >. Acessado em: 06/07/2015

UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN, Sylvia; GAVA, Thais. Gênero e sexualidade nos currículos de pedagogia. **Fazendo gênero**, 2010. Disponível em: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278171100_ARQUIVO_Gen_Sex_Curric_Ped_ST19_FG9.pdf >. Acessado em: 06/07/2015